

2021 • REDES DA MARÉ

Rua Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda, Maré
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 21044-242

(21) 3105-5531
(21) 3104-3276

comunicação@redesdamare.org.br

www.redesdamare.org.br

   REDES DA MARÉ

Projeto gráfico:
Bruna Montuori e Adriana Reis

Fotos:
Douglas Lopes e Elisângela Leite

Apoio:
 FORDFOUNDATION

16 ASSOCIAÇÕES DE
MORADORES DA MARÉ

GENI Grupo de
Estudos
dos Novos
Illegalismos

Realização:



Acesse esta publicação em:
www.redesdamare.org.br/publicacoes

Boletim de Monitoramento e Enfrentamento às Violências na Maré

1ª edição • 2021/2022

Monitoramento das violências na Maré

263 pessoas atendidas pela Redes da Maré sofreram **470** tipos de violências

Grupos mais atingidos pelas violências (por %)



Tipos de Violências (casos • %)



Violência física



Violência psicológica



Violência patrimonial



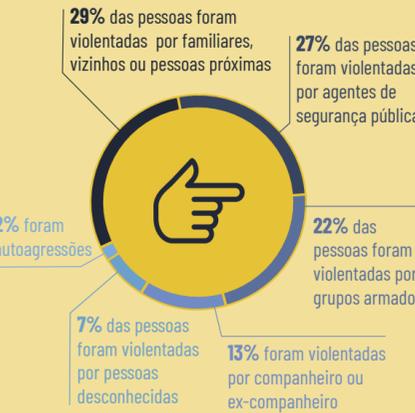
Violência sexual



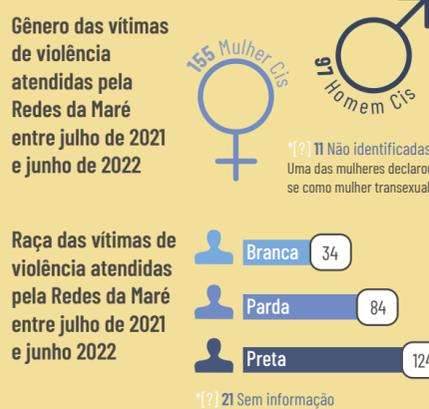
Local da violência



Agente da violência (% por casos)



Perfil das vítimas atendidas



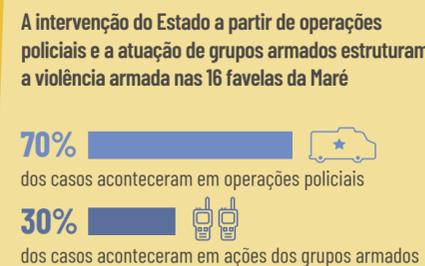
Violência contra mulher



Perfil das vítimas mulheres



Violência armada



Perfil das vítimas da violência armada



Classificação das Mortes



Glossário

I. Violência física

Definição: uso intencional da força física para causar dores, lesões, ferimentos ou sofrimento ao corpo de uma pessoa, utilizando ou não objetos.

Tipos: Agressão física, tortura, morte, tentativa de homicídio, ferimento por arma de fogo, esfaqueamento, suicídio, mutilação, autoagressão.

II. Violência psicológica

Definição: qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima; prejuízo e perturbe o pleno desenvolvimento da vítima; ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões.

Tipos: ameaça, cárcere privado, violência verbal, humilhação, manipulação, exploração, estupro, chantagem, assédio moral, vigilância constante, constrangimento, alienação parental.

III. Violência sexual

Definição: Uso da força física, intimidação ou posição de poder, armas ou drogas para obrigar alguém a ter, participar ou assistir atos sexuais. São também consideradas como violência sexual as ações que impeçam ou inibam o acesso à saúde reprodutiva, como o uso de métodos contraceptivos, e/ou forcem o matrimônio, a gravidez ou a prostituição.

Tipos: assédio sexual, estupro e os outras formas sinalizadas diretamente enquanto violência sexual.

IV. Violência patrimonial

Definição: Toda ação que implique dano, destruição, perda, retenção ou subtração de bens, instrumentos de trabalho, expulsão de domicílio, documentos pessoais ou objetos pertencentes a outra pessoa.

Tipos: abuso financeiro, subtração de pertences, invasão a domicílio, dano ao patrimônio.

[a] Violência autodirigida

Violência contra si mesmo, compreendendo o comportamento suicida e a agressão autoinfligida.

[b] Violência interpessoal doméstica ou comunitária

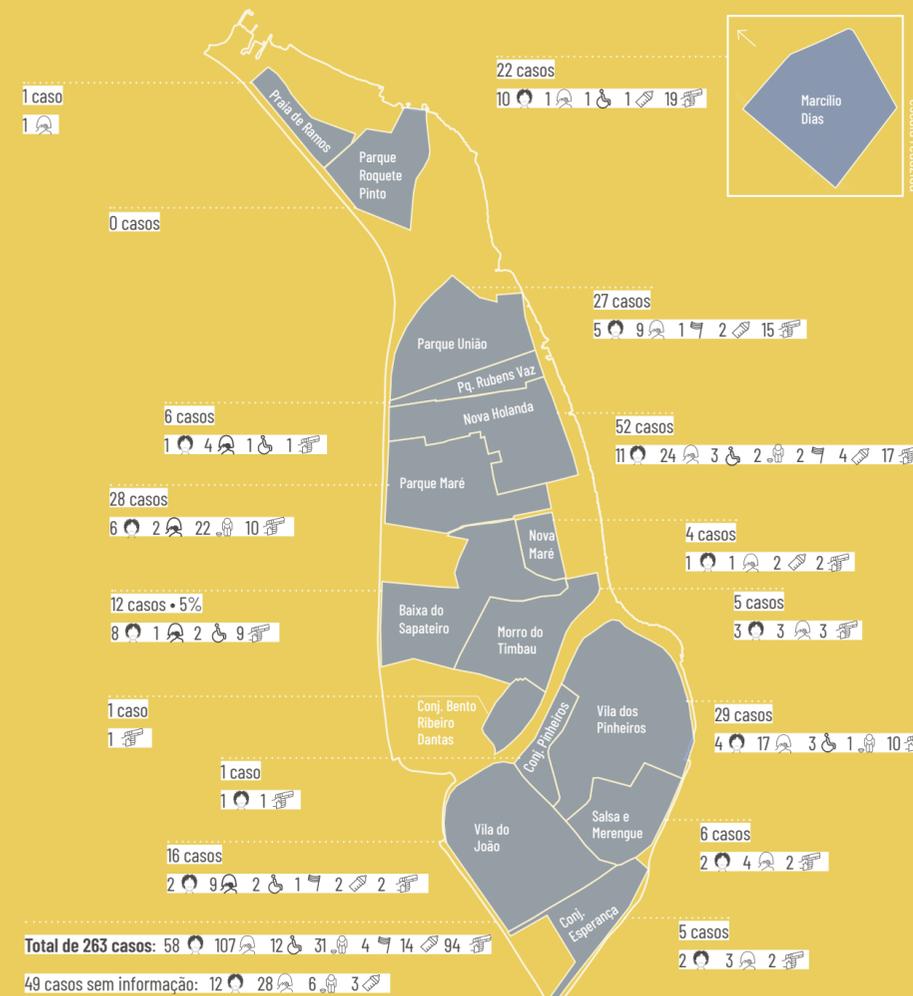
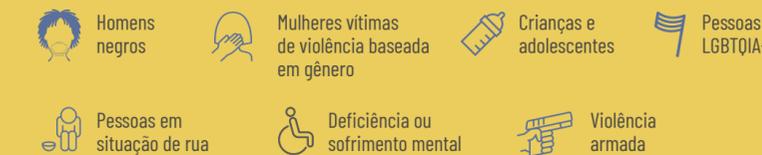
A violência doméstica é aquela que ocorre entre pessoas da mesma família e parceiros íntimos. São ações e omissões no âmbito doméstico que dificultam a integridade e/ou o desenvolvimento de uma pessoa.

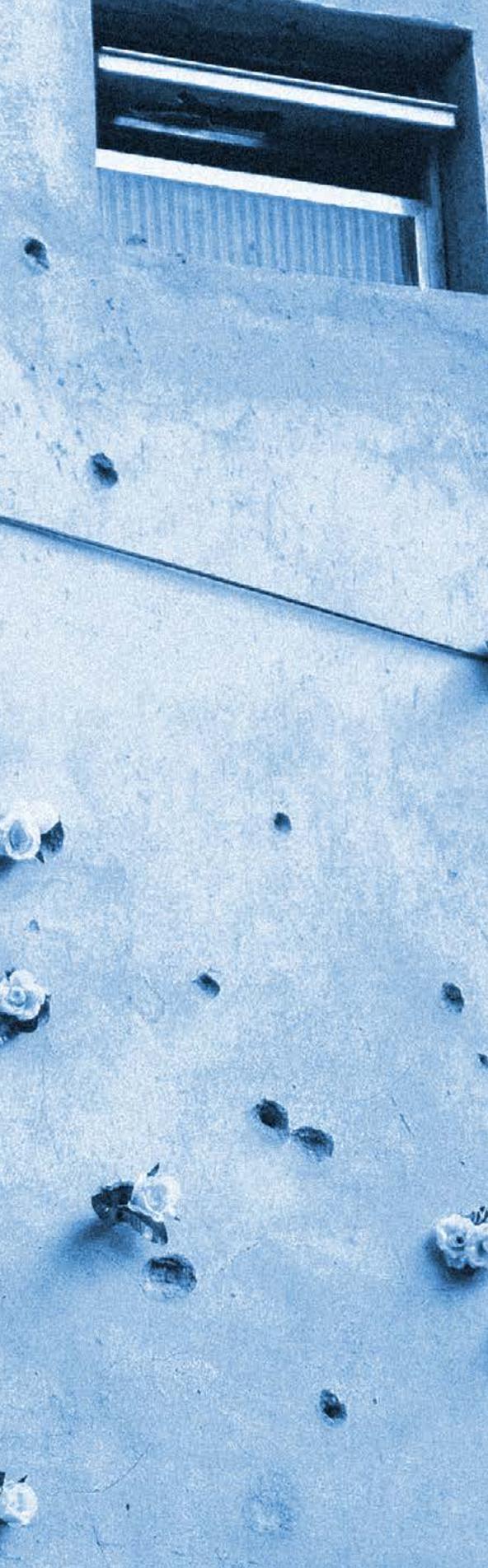
[c] Violência coletiva social, política ou econômica

A violência comunitária é aquela que ocorre entre pessoas que não possuem um vínculo pessoal, podendo se conhecer ou não.

É a violência cometida por grupos políticos, econômicos ou sociais contra uma coletividade, como os crimes de ódio, milícias, conflitos entre países ou o próprio Estado contra parcela de seus cidadãos.

Distribuição Territorial





Boletim de Monitoramento e Enfrentamento às Violências na Maré

1ª Edição • 2021/2022

APRESENTAÇÃO

O Boletim de Monitoramento e Enfrentamento às Violências na Maré é uma iniciativa da Redes da Maré que tem como objetivo produzir conhecimento e sistematizar informações referentes às diversas formas de violência que acometeram moradores nas 16 favelas da Maré, entre julho de 2021 e junho de 2022. Essas violações se apresentam como demandas nos campos social, psicológico e jurídico, sendo identificadas nos atendimentos dos projetos desenvolvidos pela instituição.

O Boletim é um dos produtos do projeto “De Olho na Maré!”, que, desde 2016, vem aprimorando uma metodologia de monitoramento da violência armada na região da Maré. Em 2021, contudo, outras formas de violência também passaram a ser monitoradas pelo projeto, tendo em vista sua importância para a compreensão das dinâmicas que produzem as violações de direitos no cotidiano dos moradores da Maré.

A necessidade de sistematização dos dados divulgados por este boletim faz parte de uma estratégia da Redes da Maré de pensar sua atuação a partir de evidências e informações seguras que levem a um processo de incidência nas políticas públicas. É, ainda, uma resposta às demandas de grupos, coletivos e profissionais atuantes nas favelas da Maré, sobretudo após a campanha “Maré Diz Não ao Coronavírus”, onde as equipes técnicas que realizaram atendimentos e acompanhamentos sociais observaram e registraram um contexto de violência diretamente relacionado a questões estruturais que a sociedade brasileira ainda precisa superar, tais como: desigualdades sócio-raciais, relações de gênero, sexualidade, saúde mental, mobilidade, entre outras.

Dessa forma, o conteúdo que será apresentado a seguir foi construído de maneira coletiva pelos profissionais atuantes nos diversos projetos desenvolvidos pela Redes da Maré, nos seus cinco eixos de trabalho: Educação; Arte, Cultura, Memórias e Identidades; Direitos Urbanos Socioambientais; Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça; e Direito à Saúde. Ao longo de um ano de atendimentos, as equipes se comprometeram a registrar o perfil das vítimas, a tipologia e a dinâmica dos casos de violências que chegassem até nossos plantões. Entendemos que a pesquisa qualitativa tem uma elevada capacidade de agregar conhecimentos e sentidos aos fatos que, muitas vezes, os dados estatísticos não apreendem. Por isso, a reflexão das equipes de atendimento foi fundamental para compreender e aprofundar o conhecimento sobre os fenômenos, bem como para propor estratégias de enfrentamento às violências.

Nessa perspectiva, os dados aqui trazidos buscam compreender a realidade das violências que acometem moradores nas favelas da Maré e também ajudam na reflexão sobre a complexidade desse fenômeno em áreas comumente criminalizadas, como é o caso das regiões periféricas em todo o país. É importante chamar a atenção para o fato de que essas violências são diversas e não se resumem à violência armada, como normalmente se acentua quando se olha para as favelas. A partir deste olhar, são cada vez maiores os desafios para a efetivação da proteção social e jurídica aos moradores de favelas e é por isso que nossa luta se torna ainda mais relevante.

A coleta de dados acontece a partir dos seguintes instrumentos:

I

Formulário de registro de casos de violências: documento de registro preenchido por todas as equipes de atendimento da Redes da Maré para identificação da tipologia e dinâmica das violências, além do perfil das vítimas.

II

Rede Colaborativa: articulação de uma rede composta por moradores e instituições locais que alertam sobre casos de violências nas favelas da Maré.

III

Busca Ativa: ida a campo de equipe multiprofissional para identificação e acolhimento de demandas que envolvem situações de violência.

IV

Estudo qualitativo: relatos de experiência das equipes durante os atendimentos, que contribuem para compreensão dos fenômenos.

FORMAS DE VIOLÊNCIA E DESAFIOS PARA A GARANTIA DA PROTEÇÃO SOCIAL E JURÍDICA PARA MORADORES DE FAVELA

Os dados coletados no último ano em relação à Maré demonstram que existem grupos sociais mais expostos a situações de violência, e observamos que isso tem uma relação direta com uma fragilização social, jurídica e/ou política. Estas fragilidades ocorrem em decorrência de estruturas sociais que produzem e reproduzem desigualdades, como as relações raciais, de gênero, sexualidade, etária, territorial, social, de mobilidade ou psíquica. Ou seja, compreendemos que em uma sociedade desigual, as diferenças tornam-se fatores de maior exposição à violência.

GRUPOS MAIS SUSCETÍVEIS À VIOLÊNCIA:



Mulheres vítimas de violência baseada em gênero:

A violência baseada em gênero contra a mulher é um problema histórico e sistemático no Brasil e no mundo. Se justifica apenas pelas vítimas serem mulheres, ou seja, o gênero é o principal fator que faz com que esse grupo esteja constantemente em situação de risco. Este tipo de violência tem origem na conformação desigual dos lugares de homens e mulheres na sociedade, que caracteriza a desigualdade de gênero. A partir do monitoramento, identifica-se que a violência baseada em gênero contra a mulher acontece principalmente no ambiente doméstico e é praticada por companheiros ou ex-companheiros.



Homens negros:

O racismo continua sendo o principal elemento que o senso comum determina as chamadas "classes perigosas", resultando na discriminação da população negra, sobretudo homens e moradores de favela. Atualmente, não se associa a raça biológica com a probabilidade de cometer um crime, no entanto, o homem negro ainda tem sua imagem relacionada à criminalidade em todos os espaços de formação de opinião, seja na produção do conhecimento intelectual, na literatura ou nas grandes mídias. Na Maré, tais ideias sobre a imagem do homem negro manifestam-se na suspeição pelas polícias, que impacta diretamente na letalidade dessa população em operações policiais.

GRUPOS MAIS SUSCETÍVEIS À VIOLÊNCIA:



Mulheres vítimas de violência baseada em gênero



Homens negros



Crianças e adolescentes



Pessoas em situação de rua



Pessoas com deficiência



Pessoas em sofrimento mental



Pessoas LGBTQIA+



Crianças e adolescentes:

A violência contra crianças e adolescentes apresenta-se como uma marca da desigualdade social no Brasil. As condições peculiares de desenvolvimento colocam esse grupo em extrema dependência de pais, familiares, poder público e da sociedade como um todo. O fenômeno da violência deixa marcas a longo prazo nesses cidadãos, com consequências mentais, emocionais, físicas e no seu desenvolvimento. Os casos mais expressivos no monitoramento são de violência sexual e negligência familiar.



População em situação de rua:

O principal desafio apontado pelas equipes de atendimento da Redes da Maré é referente à proteção social da população em situação de rua, que está constantemente exposta a diversos riscos. Tanto pela própria falta de acesso à moradia, como também pelo atravessamento de várias outras demandas como segurança alimentar, trabalho e renda. A negligência do Estado, o estigma racial e de classe somados a uma política higienista do conjunto da sociedade são as principais causas dos diversos tipos de violências sofridas. Na Maré, esse grupo também é o que mais sofre com os impactos da violência armada, tanto em dias de operação policial, quanto na violência cotidiana dos grupos armados do território.



Pessoas com deficiência:

Um conjunto de fatores pode aumentar as chances de uma pessoa com deficiência vivenciar situações de violência. Esses fatores não podem ser considerados de forma isolada e podem existir na família, na sociedade, na comunidade e na rede de serviços. Na Maré, as violências contra esse grupo configuram-se principalmente na dificuldade de acesso a serviços públicos.



População LGBTQIA+:

A violência contra a população LGBTQIA+ está relacionada a formas de controle social sobre como as pessoas vivem a sexualidade e constroem suas identidades. As formas de violência são historicamente provocadas neste grupo devido ao preconceito, ao sexismo, ao machismo e ao patriarcado, que dão origem à LGBTfobia. A violência física é uma marca da LGBTfobia, principalmente quando se trata de pessoas transexuais. No entanto, o reflexo da discriminação em relação a diversidade sexual impacta também o desenvolvimento de problemas psicológicos e de saúde mental deste grupo, que se materializam nos casos de violência autoinfligida e tentativas de suicídio no monitoramento.



É importante salientar que as condições territoriais, de raça e de classe atravessam todas essas categorias.

O racismo estrutural e as desigualdades econômicas são as bases da formação social brasileira, constituem a desigualdade social e historicamente estão no centro dos processos de violência na sociedade.

O senso comum associa os espaços favelados essencialmente à violência armada, no entanto, a partir do monitoramento realizado para este boletim, foi possível identificar que 41% dos casos atendidos pela Redes da Maré foram de violência baseada em gênero contra a mulher. A violência contra a mulher é uma realidade do país e do mundo, porém, é importante destacar que os instrumentos de proteção social e jurídica existentes não têm funcionalidade para moradores de favela. Um dos relatos dos atendimentos realizados pela equipe técnica da Redes da Maré aponta para esse contra-senso.

“A vítima afirmou ter sofrido violência sexual e física pelo companheiro. Depois de um longo tempo, tomou coragem e foi até a Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM). Com muito medo, fez um registro de ocorrência e ganhou uma Medida Protetiva de Urgência. A vítima se sentiu segura e respaldada pela lei até o momento que falou que era moradora da Maré. A pessoa que estava atendendo em um centro de referência disse: ‘lá onde você mora, esse documento não vai ter muita serventia, porque a fiscalização não entra lá.’” (Fonte: Redes da Maré)

O caso relatado expressa a invisibilidade da violência doméstica contra a mulher moradora de favela. A Lei Maria da Penha é um instrumento reconhecido mundialmente, no entanto, devido à ausência de uma política efetiva de segurança pública, o Estado não tem conseguido assegurar a proteção das mulheres que vivem neste território. A criminalização e a atuação das polícias, que têm centralidade apenas no combate militarizado dos grupos armados de narcotraficantes, afeta diretamente o acesso das moradoras ao direito à segurança e à justiça. Muitos serviços de proteção aos direitos humanos e à vida não são disponibilizados no território por conta da histórica criminalização das favelas.

A partir desse cenário, as mulheres da Maré vêm produzindo práticas comunitárias de enfrentamento à violência³. Nos casos de violência armada, por exemplo, uma das estratégias utilizadas pelas mulheres é se manter em grupo em dias de operações policiais para evitar agressões e abusos durante as invasões a domicílio. Em casos de violência baseada em gênero, as mulheres utilizam espaços coletivos e redes de apoio compostas por vizinhos, amigos e familiares que caracterizam-se como espaços de acolhimento e cuidado.

.....

3. Ver mais em: Práticas de resistência para enfrentamento da violência urbana de gênero na Maré, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RdM_Pa-tricasdeResistencia2022.pdf

PANDEMIA E VIOLÊNCIA

As estratégias comunitárias de enfrentamento às violências são fundamentais para a garantia do direito à vida, no entanto, para a efetivação da proteção social e jurídica, não apenas das mulheres, mas de todos os grupos suscetíveis à violência, é imprescindível considerar a dimensão territorial para compreender as relações sociais que ali se estabelecem e apontar caminhos para a construção de políticas públicas que envolvam o trabalho em rede entre os serviços públicos e não governamentais ofertados à população.

O isolamento social, necessário para a prevenção de casos de covid-19, ocasionou um maior convívio de mulheres, pessoas LGBTQIA+ e crianças e adolescentes com seus agressores, uma vez que a maior parte das violências vivenciadas por estes grupos ocorre no ambiente doméstico. O aumento do risco se deu pela precariedade ou ausência de mecanismos de proteção e efetividade legislativa em favelas.

Esta demanda produziu como resposta a criação da Rede de Apoio à Mulher na Maré⁴, uma rede de serviços públicos e de organizações da sociedade civil para mulheres em situação de violência. Essa rede tem realizado reuniões semanais desde julho de 2020 para alinhamento do fluxo de atendimento e encaminhamento de demandas.

Os equipamentos da área da educação também passaram a realizar o acompanhamento de crianças e adolescentes de forma remota, buscando fortalecer o vínculo com a rede de proteção e o acolhimento de casos de violência. Campanhas para retorno das atividades escolares presenciais também foram fundamentais para o enfrentamento às violências, pois permitiram o acompanhamento deste público e a articulação com os serviços de saúde e assistência social para viabilização de direitos.

O monitoramento da ação policial através da produção de conhecimento, da articulação territorial e da incidência política teve como resultado instrumentos jurídicos como a “ADPF das Favelas”, que impactou substancialmente na diminuição dos impactos da violência armada na Maré, se comparados aos anos anteriores.

4. Ver mais em: http://of.org.br/wp-content/uploads/2020/11/CRIAN-do-Rede-boletim_pesquisa.pdf

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS NA MARÉ

Considera-se que o levantamento de dados quantitativo e qualitativo da tipologia das violências, das violações de direitos e dos grupos que vivenciam essas situações é imprescindível para o planejamento de ações efetivas de enfrentamento às violências. Neste primeiro boletim, além dos dados quantitativos apresentados, sistematizam-se as perspectivas dos profissionais que atuam nos diferentes equipamentos e projetos da Redes da Maré, como o Maré de Direitos⁵, a Casa das Mulheres da Maré, o Espaço de Referência sobre Drogas na Maré (Espaço Normal)⁶ e a equipe técnica do Eixo de Educação⁷. A expectativa é de que, nos próximos anos, as análises do boletim envolvam as reflexões do poder público e outras organizações locais da rede de proteção à violência que atuam no Conjunto de Favelas da Maré, somando suas contribuições e propiciando a divulgação de perspectivas sobre práticas de cuidado e proteção em favelas e periferias.

Segundo as equipes da Redes da Maré, um dos principais desafios a ser considerado no atendimento e acompanhamento é a diversidade do perfil das vítimas e o histórico de violências já sofridas. Alguns destes desafios estão relacionados à própria dinâmica de vida destes grupos, que acessam de forma precarizada ou descontinua os serviços públicos e que comumente são criminalizados pelo seu local de moradia.

A partir do monitoramento, foi possível identificar que em todos os grupos suscetíveis a violências há intersecções comuns às diferentes tipologias que ocorrem no mesmo momento ou em ciclos, como a violência física e sexual, a violência sexual e autoinflingida, a violência armada e psicológica e a violência psicológica e moral. Existem perfis de vítimas majoritárias para cada tipo de violência. Compreende-se ainda que a violência armada está em intersecção com todos os outros tipos de violência, porque afeta o acesso aos sistemas de proteção social. Os próprios moradores de favela não acreditam no sistema de justiça e proteção, muitos deles têm medo de denunciar e expor os casos de violência. Por este motivo, a maior parte das demandas atendidas pelas equipes de atendimento sociojurídico da Redes da Maré estão relacionadas muito mais ao direito de família, enquanto a maior parte dos casos de violência são registrados nas Unidades Básicas de Saúde.

5. O Maré de Direitos é um projeto do eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, que visa ampliar o acesso a direitos para moradores da Maré e incidir com estratégias para viabilizar a efetivação destes direitos, sobretudo à justiça. Dentre as ações do programa temos o atendimento sociojurídico, o acompanhamento de vítimas de violência e diálogo com as instituições responsáveis pela concretização de direitos humanos.

6. O Espaço Normal foi criado com a finalidade de trazer para o debate público práticas de cuidado e de redução de danos para usuários de álcool e outras drogas. O equipamento faz parte do eixo Saúde e é um local de convivência e acolhimento para pessoas que estão em situação de rua e/ou domiciliadas mas em situação de extrema vulnerabilidade social, que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas e/ou convivem com questões de saúde mental. É o primeiro local de referência sobre saúde mental e drogas em uma favela.

Nota n. 7 continua na próxima página

Esse fato aponta para um dos principais desafios, que é a formalização das denúncias de casos de violências e violações.

As equipes destacam também os limites emocionais das vítimas, pois a vivência de uma ou mais experiências de violência, que muitas vezes acontecem em ciclos e por um longo período de tempo, produzem danos à saúde física e mental destas pessoas. Assim, o desejo de iniciar processos jurídicos acompanha as dores e fragilidades emocionais diante do ocorrido, afetando as possibilidades de intervenção.

Considerando as dificuldades e desafios do enfrentamento às violências em favelas e periferias, sinaliza-se que a articulação com a rede de cuidado da saúde, assistência social e educação tem possibilitado a atuação conjunta da Redes da Maré em casos de violências, a partir de estudos de casos coletivos que fortalecem um trabalho intersetorial. Projetos relacionados ao acompanhamento psicossocial, para inserção no mercado de trabalho e na geração de renda, assim como para acesso aos bens e serviços culturais da cidade do Rio de Janeiro, têm contribuído para a promoção de práticas de cuidado e de redução de danos no território. Com essa perspectiva, é considerada fundamental a constante pactuação de fluxos de encaminhamentos, parceria e reflexão sobre a ampliação dos programas, projetos e ações de garantia de direitos.

Estratégias de enfrentamento à violência que estão sendo realizadas pela Redes da Maré

- Fortalecimento de ações independentes
- Reprodução e construção de espaços e práticas de cuidado
- Mobilização territorial
- Incentivo à produção de conhecimento
- Articulação com órgãos de acesso à justiça com atendimentos territorializados

7. Os projetos do eixo Educação têm por objetivo a qualificação profissional dos moradores da Maré e a ampliação do acesso à formação educacional no território. Além disso, busca-se também oferecer uma formação social crítica aos estudantes e articular as instituições que atuam no território.

.....

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos últimos anos, o monitoramento diário dos diferentes impactos da ação ou da omissão do Estado no conjunto de favelas da Maré evidencia o quadro de insegurança urbana causado por um modelo de segurança pública de confronto, predominante no Rio de Janeiro, que submete moradores de favelas e periferias a condições extremas de injustiça, negação de direitos, invisibilidade e violência.

A partir dos dados, identifica-se que existe uma amplitude do escopo de atuação para o enfrentamento das violências direcionadas aos moradores da Maré e outras favelas. As dinâmicas da realidade demandam que as estratégias de atuação sejam intersetoriais, com o protagonismo da política pública em parceria com iniciativas da sociedade civil que se organizam em determinados territórios.

Essa amplitude de situações faz com que os profissionais envolvidos nessa luta enfrentem inúmeros desafios, sendo o principal deles a necessidade de refletir sobre estratégias de atuação pautadas nas questões que emergem do coletivo dos territórios mas, que ao mesmo tempo, possam contemplar as realidades específicas.

- TIRO
+ AMOR



